

Desvantagem competitiva, câmbio (e Reforma Gerencial)

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Entrevista a Rafael Gordilho, diretor da União Democrática Acadêmica - U.D.A., para publicação no site www.uniaodemocraticaacademica.com.
29 de agosto de 2014.

1 - Qual seu diagnóstico sobre a situação econômica do país atualmente? E quais os principais entraves para o crescimento da economia do Brasil?

A economia brasileira vem crescendo as taxas muito baixas e está em processo de longo prazo de desindustrialização. Entre 1931 e 1980 a renda per capita cresceu 4,0% ao ano, e, a partir de 1990 (descontando-se, portanto, a estagnação dos anos 1980 causada pela crise financeira da dívida externa e pela alta inflação inercial) cresceu apenas 1,8% ao ano. E esse número seria menor se descontássemos também o crescimento no segundo governo Lula causado pelo aumento dos preços das commodities exportadas.

Para entender razão deste baixo crescimento é preciso saber qual foi o *fato novo* que o determinou. Explicações como baixo nível de educação, instituições inadequadas, problemas com a infraestrutura, “custo Brasil” são falsas porque não são fatos novos. O fato novo importante foi que, com a abertura comercial de 1990-91, o Brasil deixou de ter o imposto disfarçado, o chamado “confisco cambial”, que neutralizava a doença holandesa. Em consequência a taxa de câmbio passou a ter um *pisso* de sobreapreciação de cerca de 25%, o que significa que, em sua competição com os demais países, as empresas brasileiras passaram a ter uma perda muito grande: para serem competitivas seus custos precisam ser 20% mais baixos do que o de suas concorrentes, a não ser depois que uma crise de balanço de pagamentos deprecia a taxa de câmbio violentamente por algum tempo. Dada uma sobreapreciação e, portanto, uma desvantagem de 25% calculada de baixo para cima. Ora, uma desvantagem desse tamanho é um

absurdo econômico. Ao invés de darmos preferência às empresas brasileiras, damos preferência àquelas que exportam para cá, além de impedirmos que nossas empresas exportem! Caso haja uma tarifa de importação de 12% (nossa tarifa média), o Estado não está oferecendo à empresa uma proteção de 12%, mas uma *desproteção* ou uma desvantagem competitiva de 13%.

2 - Existe uma espécie de desânimo e pessimismo diante do país atualmente. Têm fundamento? O que deveria ser feito para mudar esse sentimento e alterar os rumos da economia nacional?

O desânimo ou o pessimismo está no fato de que a solução está em voltarmos a ter uma taxa de câmbio competitiva; está em neutralizar a doença holandesa através de um imposto sobre a exportação de commodities, e adotar uma política cambial competente, que rejeite o crescimento com poupança externa e o uso da taxa de câmbio para combater a inflação, mas ninguém – economistas ou políticos, no governo ou na oposição – se dispõe sequer a debater seriamente o tema. Todos têm medo da depreciação necessária, porque ela, no curto prazo, reduz todos os rendimentos e toda a riqueza existente no país.

3 - Em relação ao Partido da Social Democracia Brasileira, em que consistiram exatamente as diferenças entre a Democracia Cristã de Franco Montoro e a Social Democracia com que o senhor se identifica dentro do partido? Quais foram os principais elementos de conflito?

Quando o PSDB foi criado, a ideia não era a de se estabelecer um partido de centro-direita, como era a Democracia Cristã na Alemanha e na Itália, mas um partido de centro-esquerda, social-democrático. Quando ficou claro que o PSDB se tornara um partido de centro-direita e, além disso, liberal, eu, que sempre fui social-democrático e desenvolvimentista, saí do partido. Hoje, não tenho partido. Cheguei a uma idade na qual a independência crítica é mais importante do que participar de um partido político.

4 - De que forma a noção de uma administração pública gerencial se aplicaria à gestão da educação superior? E à educação básica?

A principal instituição da Reforma Gerencial do Estado de 1995, que continua a ser realizada em todo o Brasil, é a organização social – uma entidade sem fins lucrativos que, uma vez reconhecida pelo Estado, passa a receber dos cofres

públicos a maior parte de suas receitas senão sua totalidade, nos termos de um contrato de gestão com metas definidas que essa OS deve cumprir. A OS é a forma ideal que deveriam ter todas as universidades federais, porque garante verdadeira autonomia de gestão a elas na medida em que os novos funcionários deixam de ter o privilégio da estabilidade. Uma estabilidade relativa só se justifica para as carreiras exclusivas de Estado; não para professores. Já para o ensino fundamental, é preciso pensar em uma instituição especial, que também garanta autonomia administrativa.

5 - De que maneira a administração pública gerencial se relacionaria à melhor promoção do desenvolvimento tecnológico - envolvendo aqui o financiamento à pesquisa e um bom ecossistema para startups?

Porque os engenheiros, que são os principais responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico, também não exercem uma função na qual esteja envolvido o poder de Estado, e, por isso, sua profissão não corresponde a uma carreira exclusiva de Estado. Quando tornamos estáveis os engenheiros, os médicos, os professores, os servidores públicos, nós os estamos transformando em burocratas em relação aos quais não é possível cobrar competência e bom trabalho.

6 - Qual o papel que o senhor atribuiria ao movimento estudantil para que a educação brasileira supere suas atuais mazelas? A julgar pelos textos em nosso blog, estamos no caminho certo?

O movimento estudantil tem um papel crítico fundamental. O problema é que sua crítica geralmente se realiza através de entidades representativas com baixa legitimidade. Em consequência disto, essa crítica é com frequência equivocada, principalmente quando se identifica com os interesses corporativos dos professores e funcionários da Universidade.

A entrevista será publicada no blog da União Democrática Acadêmica.